

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.400 - RJ (2019/0129446-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **VIAÇÃO RUBANIL LTDA**
ADVOGADOS : **JOSÉ MARCOS GOMES JUNIOR E OUTRO(S) - RJ077857**
: **LUIZ ROBERTO MENDES DE SOUZA - RJ187061**
AGRAVADO : **JOSE JOAQUIM CARVALHO GUERRA**
ADVOGADO : **SUELI COSTA PALMEIRA - RJ097462**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE POR ÔNIBUS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE. AFERIÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CULPA PELO ACIDENTE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. VALORAÇÃO DE PROVAS PELO MAGISTRADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. DEDUÇÃO DO SEGURO DPVAT. POSSIBILIDADE INDEPENDENTEMENTE DA PROVA DE RECEBIMENTO. SÚMULA N. 246/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Viação Rubanil Ltda., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 408):

APELAÇÃO CÍVEL. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE POR COLETIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA -RÉ. APLICAÇÃO DO ARTIGO 37, § 62, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE QUALQUER CAUSA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE. DANOS MORAL E MATERIAL. SENTENÇA ULTRA PETITA. EXCLUSÃO DA PARTE INOFICIOSA.

1) A sentença ostenta vício ultra petita, pelo que cumpre extirpar a parte inoficiosa, no caso, a condenação da apelante ao pagamento do tratamento médico indicado para o recorrido em decorrência do acidente, no valor correspondente a 23,25 salários mínimos, uma vez que tal pedido não foi formulado na inicial e, além disso, vem sendo realizado na rede pública de saúde.

2) A responsabilidade da concessionária de serviços públicos é objetiva, nos exatos termos do artigo 37, parágrafo 6.g, da

Constituição da República, fundada na Teoria do Risco Administrativo.

3) A Parte ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a culpa exclusiva da vítima, circunstância que não se evidencia do relato das testemunhas e do RO, razão pela qual não há como afastar o dever de indenizar.

4) Quanto ao dano moral, a prova pericial médica constatou que do acidente não resultou sequela determinante, mas, por outro lado, o demandante permaneceu mais de um mês internado em estado de coma e por cerca de 120 dias incapacitado para as suas atividades normais, razão pela qual a quantia de R\$ 25.000,00 estabelecida na sentença, remunera de forma justa os danos advindos do evento danoso, em observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sem causar o enriquecimento sem causa da parte.

5) No que concerne ao dano material, considerando que restou comprovada a despesa com medicamentos e insumos no valor de R\$ 1.128,82, tem-se que a condenação a esse título deve ser mantida.

6) Recurso ao qual se dá parcial provimento.

Na origem, versam os autos sobre ação indenizatória ajuizada pelo ora agravado em virtude de diversas lesões que ocasionaram sua incapacidade permanente decorrente de atropelamento por coletivo da empresa ora agravante.

O Juízo singular julgou procedentes os pedidos iniciais (e-STJ, fls. 334-338).

A empresa ré interpôs apelação, postulando a extinção do feito, pugnando, alternativamente, pelo reconhecimento de sua ilegitimidade passiva. No mérito, aduziu que o evento se deu por culpa exclusiva da vítima, que teria atravessado a rua sem a devida cautela.

O Tribunal de Justiça deu parcial provimento ao recurso apenas para excluir da sentença a parte inoficiosa, relativa ao pagamento do tratamento médico indicado para o autor em decorrência do acidente, no valor correspondente a 23,25 salários mínimos (e-STJ, fls. 405-412).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 432-433).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 436-473), a recorrente alegou violação aos arts. 125, 131, 333, I e II, e 405, § 4º, do CPC de 1973; 489 e 1.022 do CPC de 2015; e 186, 212, 884, 927, 944 e 945 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, que, embora tenha havido a oposição de embargos de declaração, houve omissão do acórdão estadual quanto à falta de apreciação de questões essenciais da demanda, sobretudo quanto à tese de culpa concorrente da vítima para a eclosão do evento danoso para fins de redução do valor da verba indenizatória arbitrada.

Argumentou que o recorrido atravessou a via fora da faixa de pedestres, em local de intenso fluxo de veículos, com a sinalização que lhe era desfavorável e sem a devida atenção, sendo, portanto, o único culpado pelo acidente.

Asseverou que foram adotadas premissas fáticas equivocadas para a manutenção de sua condenação, afirmando que a valoração das provas e respectivas premissas de julgamento adotadas não se amoldam ao entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Discorreu sobre a possibilidade de reavaliação das provas, insurgindo-se contra a conclusão de se conferir peso maior às testemunhas ouvidas como informantes do que ao testemunho compromissado do Sr. Josias Gomes.

Assentiu ter se desincumbido de seu ônus probatório nos termos do art. 333, II, do CPC/1973, não devendo ser responsabilizada pelo evento danoso, muito menos de forma exclusiva.

Defendeu, alternativamente, a necessidade de redução do *quantum* indenizatório fixado em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Postulou o abatimento do valor do seguro DPVAT do valor da indenização judicialmente fixada.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deixou de admitir o recurso especial por ausência de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e por incidência das Súmulas 7 e 83 do (e-STJ, fls. 482-489).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 504-535 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto

contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consoante análise dos autos, verifica-se que a apontada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões que foram submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Na espécie, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu expressamente acerca da matéria controvertida de acordo com as provas carreadas aos autos, esgotando, assim, a prestação jurisprudencial que lhe cabia, de maneira que os embargos de declaração opostos pela ora agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Conforme assente na jurisprudência, o órgão julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa das teses apresentadas. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução, o que foi feito no caso.

Nesse contexto, esta Corte já se manifestou no sentido de que "não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (EDcl no AgRg nos EREsp 1213226/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe 22/11/2016).

Portanto, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tampouco em ofensa ao art. 489 do CPC/2015, tendo o acórdão julgado a causa sob a ótica do direito que entendeu pertinente à hipótese.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia dos autos, consignou a responsabilidade civil objetiva da empresa ré, concessionária de serviços públicos, assentando os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 409-411):

Ultrapassada essa questão, cabe ressaltar que, na hipótese dos autos, a

responsabilidade da concessionária de serviços públicos é objetiva, nos exatos termos do artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição da República, fundada na Teoria do Risco Administrativo.

Assentada esta premissa, somente a demonstração de eventual culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito e força maior tem o condão de afastar o dever de indenizar.

Nesta ordem de ideias, há que se afirmar que a parte ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a sua alegação no sentido da ocorrência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, o que lhe cabia, nos termos da legislação pátria vigente.

Neste viés, a prova testemunhal coligida corrobora a tese da parte autora no sentido de que foi colhida pelo coletivo de propriedade da ré, o qual trafegava em alta velocidade, em harmonia com o teor do Registro de Ocorrência nº 025-01709/2008-01 colacionado às fls. 19/23 (indexador 06) .

Neste sentido, confirmam-se os seguintes trechos dos testemunhos prestados por Maria Lúcia dos Santos Alves e por Carlos Pereira Correa:

(...) *“que já houve outros acidentes envolvendo a ré no local; que o autor estava terminando de atravessar a rua quando o coletivo veio em alta velocidade”*, entrando e o atingindo com a traseira; que o ônibus estava vindo da Lino Teixeira, entrando na Bráulio Cordeiro; que não há sinal na esquina da Lino com Bráulio; que o autor quando foi atingido estava bem próximo da curva. (...) – fl. 213 – indexador 199.

(...) *que só viu que o ônibus entrou e o autor caiu com a batida do ônibus; que o autor estava atravessando”* (...) – fl. 213

Registre-se, por importante, que, embora os mencionados depoimentos tenham sido colhidos sem o compromisso legal, ou seja, as pessoas o prestaram na qualidade de informantes, não há elementos nos autos que desqualifiquem efetivamente as informações prestadas.

Por sua vez, tem-se que a única testemunha da parte ré, nada obstante compromissada, não foi capaz, por si só, de afastar a responsabilidade da concessionária de serviços públicos, a qual, repise-se, é objetiva, segundo o disposto no artigo 37, parágrafo 6º, da CF.

Na linha de entendimento aqui adotada, merece ser transcrita, por relevante, parte da fundamentação do decisum objurgado:

(...) *“Foram ouvidas duas testemunhas da parte autora e uma da ré. As duas testemunhas da parte autora apresentaram declarações convergentes no sentido de que o veículo entrou na curva com velocidade não adequada e que, alguns metros depois, o motorista encontrou o autor finalizando a sua travessia, não tendo condições de parar o veículo vindo a atropelar o idoso.*

(...) (...) *Portanto, a única testemunha da ré é frágil para comprovar a alegada culpa exclusiva da vítima, ficando a tese apresentada pela ré isolada nos autos, não guardando consonância com os demais depoimentos prestados.”* (...)

Como não se afastou o dever de indenizar, passa-se ao exame dos pedidos alternativos formulados pela apelante.

Quanto ao dano moral, verifica-se a prova pericial produzida descreve

de forma criteriosa a extensão do dano experimentado pelo demandante, nos seguintes termos:

(...) “1. O autor sofreu traumatismo craniano que o deixou pouco mais de um mês em coma e necessitou de drenagem cirúrgica de hematoma intracraniano.

No curso do tratamento, devido a longa permanência no leito, o autor desenvolveu úlceras de pressão (escaras) nas regiões sacras e nos calcanhares que lhe deixaram sequelas cicatriciais.

Há relação de nexo causal entre o fato ocorrido e o traumatismo craniano sofrido pelo autor, baseado nas informações do mesmo e nos documentos dos autos relacionados no presente laudo. Há relação de nexos causal também com as cicatrizes decorrentes das escaras na região sacra e nos calcanhares, visto que elas foram devidas à longa permanência no leito consequente ao trauma sofrido.” (...) Assim, considerando que a prova pericial médica constatou que do acidente não resultou qualquer sequela determinante, mas, por outro lado, o demandante permaneceu mais de um mês internado em estado de coma e por cerca de 120 dias incapacitado para as suas atividades normais, entendo que a quantia de R\$ 25.000,00 estabelecida na sentença, remunera de forma justa os danos advindos do evento danoso, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sem causar o enriquecimento sem causa da parte.

Do mesmo modo, no que concerne ao dano material não há qualquer reparo a ser feito na sentença, considerando que restou comprovada a despesa com medicamentos e insumos no valor de R\$ 1.128,82.

Como se depreende, o acórdão realizou minuciosa análise dos elementos de fato coligidos aos autos, examinando expressa e individualmente o teor das provas documentais e os relatos produzidos pelas testemunhas na instrução do feito.

Nesse contexto, compreendeu que a empresa ré não logrou êxito em comprovar a alegada existência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, firmando convicção quanto à responsabilização civil da agravante pelo acidente ocasionado ao agravado amparada substrato fático-probatório dos autos.

Por esta ótica, tendo sido toda a controvérsia acerca da dinâmica do acidente de trânsito apreciada e solvida à luz do acervo probatório colacionado aos autos, a revisão do acórdão, o reconhecimento e responsabilização do recorrido pelo acidente de trânsito não dependeriam de mera valoração de provas, mas, sim, de verdadeiro reexame de matéria fático-probatória, pretensão que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ademais, é importante rememorar que esta Corte possui entendimento no

sentido de que, em regra, a avaliação quanto à necessidade de produção e apreciação de provas pelas instâncias ordinárias é inviável em recurso especial, por incidir o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse contexto, não há se falar em má valoração da prova, quando o Julgador, entendendo substancialmente instruído o feito, motiva a sua decisão na existência de elementos suficientes para formação da sua convicção, conforme o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, tal como feito na hipótese. Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

No tocante ao pedido alternativo de redução do *quantum* indenizatório, o STJ possui orientação no sentido de que a revisão do valor arbitrado somente é possível quando irrisório ou exorbitante o montante fixado, o que não se visualiza no presente caso, pois o valor fixado na sentença e mantido no acórdão em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cumpre os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Dessa forma, levando-se em consideração as particularidades do caso concreto, notadamente o fato de a vítima ter permanecido por mais de um mês internada em estado de coma e por cerca de 120 (cento e vinte) dias incapacitada para as suas atividades normais, verifica-se que a quantia indenizatória fixada não se mostra desproporcional, e sua revisão demandaria, inevitavelmente, o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, constata-se que o Tribunal estadual, ao concluir pela não dedução do valor do DPVAT da indenização, decidiu de forma diversa do entendimento jurisprudencial firmado pela Segunda Seção desta Corte Superior, a qual, no julgamento do REsp 1.365.540/DF, sufragou o entendimento de que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT abrangem os extrapatrimoniais (morais e estéticos). Assim, ocorrendo morte, invalidez permanente ou despesas de assistência médica e suplementares, a indenização securitária deve ser deduzida do valor da reparação econômica por dano moral fixada judicialmente, como já consolidado no verbete da Súmula n. 246 do STJ: "O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada".

Havendo liquidez em virtude dos valores serem certos e determinados, tanto o da condenação, quanto o valor da indenização legal, é possível a dedução

judicial.

Nesse sentido (sem grifo no original):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. VERIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. DATA DA CITAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. COMPENSAÇÃO DO SEGURO DPVAT. POSSIBILIDADE INDEPENDENTEMENTE DA PROVA DE RECEBIMENTO. SÚMULA N. 246/STJ.

1. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ na hipótese se a tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

2. O termo inicial dos juros moratórios, nos casos de responsabilidade contratual, é a data da citação.

3. Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática. Princípios da economia processual e da fungibilidade.

4. **Nos termos da Súmula 246/STJ, a compensação do valor do seguro obrigatório dispensa comprovação do recebimento ou mesmo do requerimento.**

5. Agravo regimental desprovido. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (AgRg no REsp n. 1.540.754/DF, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, Terceira Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 20/11/2015)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ANTERIORES. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. DANO MORAL. SÚMULA Nº 246/STJ.

1. Não há omissão por não terem sido analisados embargos declaratórios opostos pela parte se estes foram recebidos como agravo regimental e efetivamente decididos.

2. **O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada (Súmula nº 246/STJ). Tal dedução irá ser efetuada mesmo quando não comprovado que a vítima tenha recebido o referido seguro.**

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.198.490/DF, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, Terceira Turma, DJe 4/2/2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. DPVAT. DEDUÇÃO. SÚMULA 246/STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITO MODIFICATIVO.

1. Ocorrendo uma das hipóteses insertas no art. 535 do CPC, merece

acolhida os Embargos de Declaração.

2. **O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada (Súmula 246/STJ), sendo que essa dedução efetuar-se-á mesmo quando não restar comprovado que a vítima tenha recebido o referido seguro.** Precedentes.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo. (EDcl no AgRg no AREsp n. 127.317/RS, Relator o Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DPVAT. DEDUÇÃO DOS VALORES INDENIZATÓRIOS. POSSIBILIDADE. SUM. Nº 246 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. **A dedução do valor do seguro obrigatório dispensa comprovação do recebimento ou mesmo de seu requerimento pela vítima, conforme preceitua a Súmula nº 246 do STJ.** Precedentes.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 571.761/RJ, Relator o Ministro **MOURA RIBEIRO**, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 28/4/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. VALOR INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DPVAT. DEDUÇÃO DOS VALORES INDENIZATÓRIOS. POSSIBILIDADE.

1. Inocorrência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à não ocorrência de coisa julgada; inexistência de culpa exclusiva da vítima e valor indenizatório decorreu da análise do conjunto probatório dos autos.

3. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte. Súmula STJ/7.

4. **Conforme preceitua a Súmula 246/STJ, a dedução do valor do seguro obrigatório dispensa comprovação do recebimento ou mesmo do requerimento do mesmo pela vítima.** Precedentes específicos.

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp n. 1.322.497/DF, Relator o Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, Terceira Turma, julgado em 11/3/2014, DJe 18/3/2014)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento para autorizar a compensação do valor relativo ao seguro obrigatório da indenização judicialmente fixada.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

